

O URBANISTA

(Prof. Doutor Manuel da Costa Lobo)

1. O Urbanista, para mim, é o profissional a quem cabe dar apoio aos decisores que devem pensar, desenhar, construir e gerir o espaço humanizado.
2. Na antiguidade, nos tempos dos sábios isso poderia ser uma única pessoa, experiente, estudiosa e clarividente, interessada e empenhada a desenhar a cidade.
3. Em Portugal, ainda procuramos seguir esse modelo através dos construtores preparados na Sala de Risco e depois com os Engenheiros Militares. A pouco-e-pouco, alguns deles assumiram-se como arquitectos, visando uma síntese histórica e estética, pelo estudo das obras clássicas e procurando alguma inovação para além das regras aprendidas na escola, e coordenando uma equipa.
4. É também o caso do Arquitecto Sinan que terá começado numa equipa como construtor, talvez no exército dos otomanos e foi passando para engenheiro, arquitecto e finalmente o arquitecto chefe do Império. Ele inovava para resolver problemas ainda não resolvidos ou mal resolvidos, não para fazer diferente visando salientar-se. Não tinha dúvida em repetir quando a solução era funcional, económica, harmoniosa.
5. Já Boitaca e os arquitectos do Manuelino procuravam francamente inovar, não por necessidade, mas para responder à inspiração variada e rica que as naus iam trazendo de fora – dos mares, do sul, da Índia, do Extremo Oriente. De resto, já na Idade Média com o Estilo Românico, e depois no Gótico e na Renascença, o arquitecto trabalhava com uma equipa que decorava a estrutura da obra desenhada pelo arquitecto e pelos engenheiros, enriquecendo a sua textura, com a sua arte menor, nomeadamente a escultura e a pintura. Com o Barroco ultrapassou-se o nível da textura e entrou-se fortemente na decoração. Entre os arquitectos e os artesãos tornou-se mais difícil estabelecer a fronteira. Ler mais
6. O modernismo veio atacar o exagero decorativo e propor formas mais depuradas, mais simples. Os movimentos sociais e a procura de uma arquitectura generalizada para toda a cidade – e não apenas possível para as classes mais favorecidas – veio desencadear uma guerra contra os artesãos. Praticamente desapareceu essa classe profissional, empobrecendo a imagem humanizada das construções e propondo uma nova lei, onde o minimalismo, a pré-fabricação e a produção em massa passou a comandar.
7. Em Portugal assiste-se à intervenção de engenheiros civis, ainda um pouco herdeiros da formação dos engenheiros militares, que tinham que saber de tudo: como os antigos sábios. Veja-se a antiga faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e os seus 6 anos de estudo para a formação dos engenheiros civis. Tanto eles, como alguns arquitectos, abraçaram o sentido de escola e produziam edifícios bem desenhados, repetitivos mas agradáveis à vista, harmoniosos. Iam-se adaptando à procura dos materiais disponíveis, a pequenas diferenças que serviam de assinatura ou pelo menos de distinção dos edifícios entre eles, permitindo reconhecê-los.
8. Do grande crescimento em número dos arquitectos resultou:
 - O combate profissional entre arquitectos e engenheiros civis e entre as suas associações;
 - O combate profissional entre arquitectos, através da procura de imagens que imortalizassem os seus actos e os tornassem conhecidos;
 - A necessidade de constituir equipas, cada vez mais completas para responder às novas tecnologias, adaptando-as e integrando-as.
 - A procura de arquitectos coordenadores que encabeçassem as equipas de arquitectos e que se rodeassem de cuidados publicitários para poder competir em grande escala.
9. Em termos internacionais surgiram, então, os “arquitectos famosos”, alguns dos quais não resistiram a formar cadeias de arquitectura nalgumas das mais famosas oficinas de cidades do mundo (Paris, Londres, Tóquio, ...) e instalar grandes grupos publicitários de equipas produtoras de projectos... que os “coordenadores” deviam “vender” em todo o Mundo, tinham que “vender” projectos constantemente, custasse o que custasse, para manter a tal cadeia de oficinas.

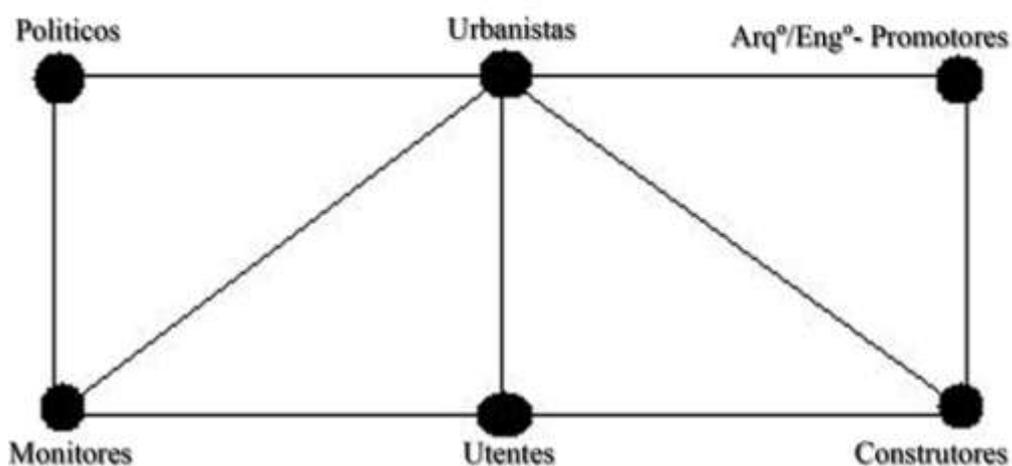
10. O Urbanismo foi começando a exigir profissionais mais especializados, como foi o caso de Cerdá, em Barcelona. Era engenheiro e procurava soluções práticas e funcionais. Em Portugal eram ainda os engenheiros militares ou, entre eles, os engenheiros-arquitectos chamados a planejar as cidades, enquanto os cartógrafos e geógrafos as estudavam, produzindo mapas dos seus traçados. A grande prova, em Portugal, foi a questão da construção de Lisboa após o terramoto de 1755. Com Manuel da Maia como coordenador, engenheiro militar de grande relevo, autor do Aqueduto das Águas Livres (o mais alto do Mundo construído com arcos vencendo, cada um deles, toda a altura do Aqueduto) e com o engenheiro arquitecto que fez o desenho da Baixa Pombalina. Ao engenheiro arquitecto cabia garantir que a obra formasse um espaço de ostentação e dignificação de Lisboa, não só como cidade mas como capital do país e do império. As próprias construções dos prédios teriam de projectar-se de forma a conseguir um efeito positivo na sua população e ser funcional em termos residenciais e de organização comercial e de serviços, sem prejuízo da economia do todo e da velocidade de construção, com edifícios de elementos padronizados, a fabricar em estaleiros especializados na periferia da cidade, sob um comando centralizado. Aos engenheiros era pedida a elaboração de soluções para a drenagem, para o estado das fundições e para as “gaiolas” que haviam de traduzir-se numa maior resistência aos sismos. Já se notava, portanto, a necessidade de uma equipa com profissionais mais especializados, dadas as exigências do projecto. O plano urbanístico, porém, visava uma execução imediata, o que o confundia com um projecto.

11. O Eng. Ressano Garcia, no final do séc. XIX, preparou um plano para a extensão de Lisboa, que de facto se assumia como plano e não como projecto. Implicava uma atitude de coordenação muito abrangente e uma visão para o médio e longo prazo.

Esta visão obtinha-se, fundamentalmente, através de um processo simples de projecção, admitindo que as actuais tendências se iriam manter. À medida que a situação socioeconómica e política ia acelerando e evoluindo tornava-se o método de extrapolação cada vez mais incerto.

12. É assim que na 2ª metade do séc. XX se começa a falar em Plano-processo, tornando equívoca a legislação que ainda prevalece, baseada em prazos de 10 anos para o horizonte dos planos e em complicados meios de gestão e de dependência de organismos centrais.

É uma organização que deve estar a chegar ao fim dos seus dias, mas cuja revisão tarda a efectuar-se. Por outro lado, cresceu a complexidade de muitos aspectos sectoriais do planeamento (socioeconómico, ambientais, político-administrativos, tecnológicos, culturais) pelo aprofundamento da ciência e do seu afastamento dos profissionais no terreno. De facto, o plano afastou-se do conceito de projecto de engenharia ou de arquitectura, que visa construir algo em termos imediatos ou a curto prazo, mas que não foi capaz de se traduzir num verdadeiro processo complexo mas praticamente eficaz, coadjuvante da administração pública e seu poder político, e demarcando o terreno profissional que cabe ao urbanista.



O esquema mostra que o espaço do urbanista fica entre o poder político e a iniciativa dos promotores, com os seus arquitectos e engenheiros. O seu domínio é claro e a intromissão nos campos próprios dos outros profissionais será abusiva se for além do diálogo que lhe é próprio. O urbanista terá que se distinguir pela sua formação e experiência, pela sua capacidade de diálogo com os diferentes parceiros, por uma atitude de prevenção monitorizada, pela responsabilidade da sua actuação, onde o urbanista-coordenador deverá ser e aceitar pela sua equipa, pelo poder político e pela população que participa.

13. Fica assim claro que a posição do urbanista deve ser muito independente: ou contratado como tal pelo Município, pela Região ou pelo Espaço Inter-regional (como será o caso de um país, ou conjunto de países, ou de

um conjunto de regiões transfronteiriças); ou pertencer aos quadros da instituição mas então reforçado por um urbanista e consultor a sua equipa (que deve complementar o saber existente na instituição).

Na sua formação ele deve ser capaz de dialogar com os urbanistas sectoriais que interessam ao domínio, com os PROPON – Profissionais-Ponte e com os PIP – Profissionais Interníveis Permanentes (dos serviços públicos do domínio do urbanismo e do planeamento do espaço humanizado em geral, nos seus diferentes níveis).

14. A formação do urbanista, de hoje, deve ser uma educação permanente e ter uma metodologia para RESOLVER PROBLEMAS e procurar dar aos cidadãos a máxima liberdade, desde que não seja em prejuízo dos outros. O novo estilo do urbanista leva a que ele seja contratado com um sentido de permanência, não apenas para fazer um Plano! (isso tem cada vez menos sentido).

Quando devaterminar o seu serviço, deve a instituição contratar outro urbanista, porque o poder público precisa em permanência de técnicos de planeamento para apoio às decisões e para estudar alternativas. Em caso de conflitos de opinião deve o urbanista encetar um processo de procura de uma 3ª solução, criativa, inesperada, capaz de concitar um consenso. Trata-se, afinal, de um processo de mediação activa, que poderá incluir a organização de TERTÚLIAS DE IDEIAS.

15. O urbanista, embora não tenha o poder de decisão em relação às obras que se pretendam efectuar (publicas ou privadas) não deverá descurar o diálogo e a argumentação científica ou cultural que cada caso suscita, seja com o poder político, na sua função de apoio à decisão, seja com os projectistas, colaborando com eles para que a solução seja rápida e correcta, qualificando o espaço urbano ou regional e, ainda, com os cidadãos que procuram participar e cuja participação deve ser respeitada. Este é um diálogo por vezes difícil mas que poderá trazer frutos a longo prazo e cada vez mais abrangentes. A pedagogia desta acção á aceitar discutir os problemas com argumentos sérios e incentivar o associativismo entre os próprios cidadãos, para que a sua opinião tenha mais peso.

16. De facto, o urbanismo tem vindo, com o tempo, a desenvolver-se como actividade:

- Disciplinar (arquitectura ou engenharia)
- Multidisciplinar (como a geografia, a economia, a sociologia)
- Interdisciplinar (dando ênfase aos argumentos e relações)
- Transdisciplinar

Cada vez mais é necessário assumir a sua responsabilidade, que não deve ser remetida apenas para os projectistas. O que de mal for feito para a generalidade da cidade também acaba por ser da responsabilidade dos urbanistas, que devem ter conhecimento das pretensões que fixam os planos e o seu efeito. Caso a sua eventual posição negativa perante um caso concreto possa corresponder a algo de grave pode e deve o urbanista, coordenador declarar publicamente a sua posição e a da sua equipa, ou mesmo demitir-se se a gravidade do caso o justificar.

17. Não pode vergar-se a interesses materiais nem aos que os projectistas famosos procuram impor a partir da sua fama e da publicidade que os cerca, de modo a poder efectivamente ajudar o poder político a tomar a deliberação acertada.

18. O que não se pode negar é que as Cidades de hoje, salvo honrosas excepções, têm perdido a qualidade nas suas expansões e nos próprios tecidos históricos, afectados por iniciativas de construções desrespeitadoras dos seus valores culturais e afectando o seu enquadramento. É pena receber visitantes nas nossas cidades que procuram o belo, a harmonia, o valor cultural e ter que dar, como resposta: “Visitem o Centro Histórico”, fora dele não há nada que preste...”. Tempos houve em que se atribuía o facto à falta de desenho qualificado, assinado por arquitectos, mas afinal, com o acréscimo do número de arquitectos, entrou-se numa competição desenfreada em que cada um pensa que para sobreviver profissionalmente tem de se distinguir dos outros, fazendo um desenho arquitectónico aberrante ou mesmo insólito, que leva toda a gente a reparar nele.

Assiste-se à redução da notoriedade dos arquitectos de maior valor e sobriedade a favor dos menos aptos mas mais atrevidos, procurando na diferença não harmoniosa a base da sua publicidade.

Estes tornaram-se os arquitectos falados e perdeu-se o sentido de integração do projecto no todo onde se inscrevem. Ao mesmo tempo, como herança errada dos movimentos modernistas, perdeu-se completamente o sentido da humanização da obra pela intervenção da arte dos artesãos (quase desaparecida), restando uma obra depurada, fria, sem o “agasalho” de um trabalho humanizado da responsabilidade do artesão. Mesmo o casamento da obra construída com a vegetação foi quase abandonada entre nós, ampliando a frieza e a pobreza do modernismo tecnológico, enquanto no Brasil, onde o casamento da vegetação com o objecto construído foi acalentado, e conseguiu um esplendor de modernismo que o enalteceu e qualificou.

19. Em Lisboa temos o caso da EXPO 98 como um espaço novo e que conseguiu atrair visitantes, ainda que muitas das suas novas obras edificadas não entusiasmem ninguém. Mas valeu: o espaço público atraente para o peão; o

estuário mesmo ali ao lado; a antiga amaragem de hidroaviões; edifícios singulares como o Oceanário; o Edifício de Portugal; o Pavilhão Multiusos,

Outros casos há pelo mundo, mas faz pena que tantas expansões urbanas que foram feitas nos últimos 50 anos tenham uma imagem tão desinteressante.

20. O que fica claro é que todos os intervenientes na construção e gestão da cidade, a começar pelos urbanistas - que devem estar permanentemente presentes ao leme do planeamento - deverão organizar-se a todos os níveis significantes para o desenvolvimento do espaço humanizado, ou seja:

- Local comunitário;

- Municipal ou intermunicipal;

- Sub-regional e regional;

- Estatal e internacional onde a todos os momentos deve estar disponível um urbanista coordenador para dialogar com os outros níveis, com os políticos, com a população e com os projectistas das construções e seus empresários. Esta orgânica deverá garantir que o planeamento dará tanta importância ao nível regional e inter-regional como ao nível directo das grandes estruturas de povoamento e seus modelos abstractos e à imagem final, cuja qualidade acabará por ditar a opinião publica acerca da qualidade do planeamento urbanístico. Por isso, o urbanista terá que se manter ao leme da condução dos estudos de planeamento e dar-lhes apoio qualificado, pois tanto o poder politico como a população, têm o direito de exigir. A responsabilidade do urbanista coordenador é tal que impõe a existência de um seguro profissional que proteja essa actividade.